



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2022/TEC/LS-0490, outorga a presente

Licença Simplificada Nº 126/2024

em favor de CLAUDIA MATIAS VIEIRA, CNPJ nº 66.312.620/468-, sediado na Fazenda Barreirinha, Zona Rural, Santo Amaro Das Brotas, SE, CEP 49.180-000, **referente de carcinicultura em 10 (dez) viveiros de engorda; 4 (quatro) berçários primários; e os 6 (seis) berçários secundários, com área total da propriedade de 5,44 ha e área de lâmina d'água de 3,22 ha, localizado na Fazenda Barreirinha, zona rural do município de Santo Amaro das Brotas/SE, de coordenadas WGS 84, Zona 24L UTM 715964 E / 8801012 S.**

Considerações Gerais

01. Esta Licença Simplificada foi emitida às 13:51:06 do dia 02/08/2024, com validade por 3 anos, vencendo-se em 02/08/2027.
02. O código de controle desta licença é **<d9c33511b2bc124bef1bef913c29f46c>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 126/2024

Código: d9c33511b2bc124bef1bef913c29f46c

Condicionantes

1. Esta Licença autoriza a atividade de carcinicultura (Sistema Intensivo), da espécie *Litopenaeus vannamei*, em uma área produtiva de 3,22 ha, localizada na Fazenda Barreirinha, zona rural do município de Santo Amaro das Brotas/SE, devendo ser instalado conforme planta anexa ao processo 2018/TEC/LS-0258, e qualquer alteração no plano de manejo e/ou ampliação na área do empreendimento, deverá ser previamente apresentado à ADEMA para avaliação;
2. A empreendedora deverá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, nas dimensões de 1,20 de largura por 0,90 de altura, conforme modelo e instruções fornecidas pela ADEMA;
3. A empreendedora deverá apresentar no prazo de 120 dias, documento de Outorga de direito de uso de recursos hídricos ou documento de Isenção da mesma, bem como, juntamente com o pedido de Renovação desta Licença, apresentar a renovação, conforme Resolução Conama nº 413/09;
4. Para abastecimento hídrico da atividade não está permitida a utilização de grupo de bombas para captação de água sem a devida outorga emitida pela superintendência de recursos hídricos, conforme Resolução CONAMA nº 413/09;
5. A empreendedora deverá apresentar semestralmente, relatório de monitoramento do corpo receptor a 100 m a jusante e a 100 m a montante do ponto de captação e lançamento, contemplando os seguintes parâmetros: Fósforo Total, Carbono Orgânico Total-COT, Nitrogênio Amoniacal; Nitrito; Nitrato; Oxigênio Dissolvido (OD), Potencial Hidrogeniônico (pH) e Coliformes Termotolerantes, conforme Resolução CONAMA nº 357/05;
6. A água escoada no momento da despesca deverá obedecer aos padrões de lançamentos, nos termos da Resolução CONAMA nº 430/2011 e relativos aos parâmetros: Potencial Hidrogeniônico (pH) e Nitrogênio Amoniacal, conforme Resolução CONAMA nº 357/05;
7. A empreendedora deverá respeitar as boas práticas de manejo para a atividade de carcinicultura, conforme Plano de Manejo e Programa de Monitoramento apresentados na Caracterização Ambiental do Empreendimento (Processo 2018/TEC/LS-0258);
8. A empreendedora deverá apresentar, juntamente com o pedido de Renovação desta Licença, atualização acerca do Cadastro Ambiental Rural – CAR;
9. A empreendedora deverá manter intactas as áreas de ocorrência de vegetação nativa (restinga e manguezal) que limitam o empreendimento, não sendo permitida a supressão sem a devida autorização do órgão ambiental competente, conforme a Lei Federal nº 12.651/12;
10. A empreendedora deverá manter a cobertura vegetal das margens do canal de abastecimento e do canal de escoamento, bem como dos viveiros implantados, de forma a evitar os processos erosivos e manter o equilíbrio dinâmico da área;
11. O material proveniente da escavação para implantação do empreendimento só poderá ser comercializado com autorização prévia dos órgãos competentes;
12. Os resíduos gerados no empreendimento deverão ser destinados obedecendo aos critérios estabelecidos na legislação ambiental;
13. Caso o empreendedor identifique, em qualquer fase do empreendimento, a existência de bens acautelados na Área de Influência do Empreendimento Licenciado, este deverá comunicar imediatamente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a ADEMA, que de acordo com Art. 1º da Instrução Normativa 001/2015 do IPHAN, esta licença poderá ser revisada, as expensas deste órgão; e
14. Caso a Fundação Cultural Palmares – FCP identifique que a atividade e/ou empreendimento licenciado encontra-se em Território Quilombola, esta licença poderá ser revisada e/ou revogada, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 25 de Março de 2015.